

## **Fichamento de texto para a disciplina PCA5043 – Justiça Climática, Cidades e Desigualdades Ambientais (2022)**

**Aluno:** Mateus Henrique Amaral (NUSP 9153884)

**Data de entrega:** 13/10/2022

**Texto:** Anguelovski et al. Equity Impacts of Urban Land Use Planning for Climate Adaptation: Critical Perspectives from the Global North and South, Journal of Planning Education and Research, p. 1-16, 2016.

### **Sobre as(os) autoras(es):**

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Filiação institucional atual</b>
Isabelle Anguelovski	PhD em Urban studies pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Universidade Autônoma de Barcelona
Linda Shi	PhD em Urban and regional planning Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Universidade Cornell
Eric K. Chu	PhD em Environmental policy and planning pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Universidade da Califórnia
Daniel Gallagher	-	-
Kian Goh	-	Universidade da Califórnia
Zachary Lamb	PhD em Urban studies and planning pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Universidade da Califórnia
Kara Reeve	-	-
Hannah Teicher	PhD em Urban and Regional Planning pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Universidade de Harvard

### **Ideias centrais do texto:**

Partindo da hipótese de que as estratégias de adaptação climática podem reproduzir situações de injustiça, os(as) autores(as) analisaram a conduta climática de oito cidades: Boston (EUA), Nova Orleães (EUA), Medellín (Colômbia), Santiago (Chile), Manila (Filipinas), Jacarta (Indonésia), Surat (Índia) e Daka (Bangladesh).

Cabe ressaltar que essa seleção não foi arbitrária, pois esse conjunto de cidades representa o sul e o norte global e contém casos emblemáticos para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Nos tópicos abaixo, seguem as principais ideias retiradas do texto:

- As estratégias de adaptação climática são úteis para tratar as mudanças climáticas, mas, as estratégias das oito cidades analisadas por este estudo, não estão sendo boas para todas as pessoas.
- Enquanto algumas estratégias são construídas e aplicadas em detrimento dos mais pobres, outras não sugerem transformações profundas que são necessárias para

garantir maior justiça social, o que reforça e mantém as iniquidades socioespaciais já existentes nessas cidades.

- Este artigo propõe um *framework* para interpretar as estratégias de adaptação climática. Essas estratégias, classificadas em dois tipos, atos de omissão e atos de comissão, abrangem quatro categorias: provisão de infraestrutura, regulação do uso da terra, inclusão social no processo de planejamento e relações com o setor privado.

- Atos de comissão: ocorrem quando decisões em termos de infraestruturas, regulamentações de uso da terra e de áreas protegidas afetam ou deslocam grupos menos favorecidos.

Exemplos: Daca – apresenta rápida urbanização e poucos espaços seguros para inundações. Depois de alguns eventos de inundação, de 1987 e 1988, a população, pouco consultada, se viu impactada por intervenções e taludes construídos, que não consideraram a atividade agrícola e de pesca de moradores (p. 5-6).

- Atos de omissão: quando as decisões protegem as áreas economicamente mais valiosas localizadas em bairros de baixa renda, entendem a adaptação como uma responsabilidade do setor privado e não buscam envolver as comunidades nos processos de planejamento.

Exemplos: Jacarta – depois de um sério episódio de inundação, amparado por holandeses e iniciativa privada, o governo da Indonésia aceitou o projeto do Giant Sea Wall: um paredão gigante construído para proteger contra inundações e amortecer a vazão dos vários rios (Fig. 1). O paredão também será um centro de desenvolvimento urbano, uma “nova cidade” para 1,5 milhões de pessoas em terras recuperadas. Os mais pobres, residentes próximos, não conseguiram se mudar para essas terras (por motivo de \$) e tiveram as suas atividades de subsistência e redes sociais comprometidas pelo deslocamento para dar espaço a essa construção.

**Fig. 1.** Projeto do Giant Sea Wall.



- Ao construir estratégias, percebe-se uma necessidade de estabelecer mais diálogos multiníveis envolvendo a avaliação dos riscos em relação às opções de adaptação existentes para o ambiente construído.
- O processo de realocar as comunidades precisa demandar mais atenção, tendo em vista o bem-estar e redes sociais dessas populações.
- Enquanto não ocorre a realocação de um grupo, as capacidades desses indivíduos deveriam ser aumentadas.
- As estratégias de adaptação devem atribuir maior centralidade à justiça e engajar as comunidades para o diálogo, com o apoio da academia.
- Os interesses privados precisam ser recebidos e tratados com maior criticidade, se forem integrados.

### **Metodologia e teoria utilizadas:**

Cada autor(a) conduziu entrevistas com atores locais e estratégicos (funcionários do setor, representantes de empresas, especialistas, etc.) para as mudanças climáticas de cada uma das oito cidades analisadas.

Utilizou-se da técnica [snowball](#) para recrutar os entrevistados.

### **Conclusões:**

Por mais que as estratégias de adaptação tenham o intuito de conferir maior equidade e proteger as populações dos efeitos adversos das mudanças climáticas, os(as) autores(as), ao analisar criticamente as ações de cidades do norte e do sul global, perceberam que esses mesmos instrumentos podem reforçar ou criar novas situações de injustiça por meio do ambiente construído, realocação de pessoas e não inclusão adequada das populações marginalizadas nos processos de decisão. Sendo assim, se o intuito é proporcionar bem-estar e prosperidade para todos da cidade, é preciso que os planejadores urbanos e gestores municipais considerem a justiça como um elemento central para a construção e aplicação de estratégias e instrumentos de política pública alinhados com o tema das mudanças climáticas.

### **Citações que chamam a atenção:**

- Even environmental goods have been shown to produce negative impacts through gentrification (Anguelovski 2015; Dooling 2009).
- Participatory and inclusive planning has helped to avoid top-down decisions, foster consensus on adaptation priorities and strategies, and promote durable decisions and plans (Castán Broto, Boyd, and Ensor 2015; Chu, Anguelovski, and Carmin 2016; Healey 2005; Innes and Booher 2010; Shapiro 2009).
- Scholars are beginning to question how adaptation planning strategies—even those designed to be participatory—may be exacerbating unequal outcomes (Shi et al. 2016).

- Efforts to catalyze adaptation as a new policy arena sometimes problematically align adaptation with development interests in ways that undermine the need for deeper reforms (Anguelovski, Chu, and Carmin 2014; Bulkeley and Tuts 2013; Preston, Mustelin, and Maloney 2013; Simon and Leck 2015).
- Future adaptation plans must critically consider the distribution of adaptation benefits, costs, and responsibilities across society, address unsustainable and inequitable development patterns, and apply interventions that, at a minimum, treat groups equally regardless of socioeconomic status or, better yet, actively prioritize beneficial outcomes for disadvantaged and vulnerable groups.